



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º ,DE 2024

(Do Senhor Evair Vieira de Melo)

Requer, nos termos constitucionais e regimentais, que sejam prestadas informações pelo Excelentíssimo Paulo Roberto Severo Pimenta, Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, e futuro ministro extraordinário de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, acerca dos planos e ações federais na reconstrução do estado do Rio Grande do Sul.

Senhor **Presidente**,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações ao Excelentíssimo Paulo Roberto Severo Pimenta, Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, e futuro ministro extraordinário de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, acerca dos planos e ações federais na reconstrução do estado do Rio Grande do Sul.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- *Ministro Paulo Pimenta, diante do enorme desafio de*





reconstruir o Rio Grande do Sul após as inundações devastadoras, quais são as prioridades imediatas do seu ministério para as áreas mais afetadas?

- Sabemos que a nova pasta terá como uma de suas bases a Coordenação Interinstitucional. Pode nos detalhar como essa coordenação será estruturada e qual será o papel das prefeituras e do governo estadual neste esforço conjunto?*
- O senhor poderia explicar mais sobre o núcleo de "Pesquisa e Desenvolvimento" que foi anunciado? Como essa iniciativa pretende contribuir para a prevenção futura de desastres semelhantes e quais tipos de tecnologias e métodos estão sendo considerados?*
- A captação de recursos internacionais é mencionada como uma das funções do novo ministério. Qual é a estratégia para atrair esses investimentos e quais são os principais parceiros e instituições internacionais que o ministério planeja engajar?*
- Com relação às medidas de auxílio direto aos cidadãos, como será a implementação da linha de crédito com a União como garantidora e do "voucher" para aquisição de bens perdidos? Qual é o critério para determinar quem é elegível para esses benefícios e como garantir que eles cheguem rapidamente às mãos dos afetados?*
- Considerando o impacto de longo prazo que desastres naturais têm sobre a economia local, quais são os planos do ministério para apoiar a retomada econômica das regiões afetadas? Existem programas específicos para a reconstrução de infraestruturas críticas e apoio às empresas locais?*
- Como o senhor visualiza a reconstrução do Rio Grande do*





Sul nos próximos anos sob sua coordenação? Existem metas específicas que o ministério estabeleceu para medir o progresso em curto e longo prazo?

- Como o Ministério planeja garantir transparência total na alocação e uso dos recursos destinados ao enfrentamento da calamidade? Pode nos detalhar os sistemas de monitoramento e relatórios que serão utilizados?*
- Quais são os principais projetos e ações que serão financiados por esses recursos? Pode nos fornecer uma descrição detalhada dos valores envolvidos e dos objetivos específicos de cada projeto?*
- Como o ministério pretende assegurar a correlação direta entre os recursos recebidos da União e as ações executadas? Existem métricas ou indicadores específicos que serão empregados para avaliar a eficácia da aplicação desses recursos?*
- O Ministério tem planos para realizar operações de crédito durante o período de enfrentamento da calamidade. Quais são essas operações e como elas serão estruturadas para garantir a responsabilidade fiscal a longo prazo?*
- De que maneira o público será informado sobre a aplicação dos recursos? Existirão plataformas ou relatórios públicos que permitirão aos cidadãos acompanhar e avaliar as ações do governo?*
- Como o Ministério irá colaborar com órgãos de controle competentes para garantir a supervisão adequada da execução dos recursos? Podem nos dar exemplos de intervenções ou auditorias realizadas por esses órgãos?*
- Em casos de desvio de recursos ou ineficiência na aplicação dos fundos, quais são os procedimentos para correção e responsabilização dos envolvidos? Como essas*





situações são tratadas para evitar prejuízos ao erário público?

JUSTIFICATIVA

Este requerimento tenciona o pedido de informações ao Excelentíssimo Paulo Roberto Severo Pimenta, Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, e futuro ministro extraordinário de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, acerca dos planos e ações federais na reconstrução do estado do Rio Grande do Sul.

Isto porque, segundo noticiado¹, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) escolheu Paulo Pimenta (PT) para comandar as ações federais na reconstrução do estado do Rio Grande do Sul, estado em situação de calamidade pública em função da tragédia causada pelas inundações que atingiram mais de 400 municípios e já causaram 149 mortes. A ideia é que a pasta coordene todas as ações para o estado com os demais ministérios e tenha trânsito e faça relação com governadores e prefeitos. Laércio Portela deve assumir interinamente o comando da Secom.

Em uma reunião ministerial desta segunda-feira (13), Lula sinalizou aos ministros que pretendia anunciar a criação de uma autoridade federal no Rio Grande do Sul. O objetivo é ter um coordenador do governo federal na ajuda aos trabalhos de reconstrução do estado, representando o presidente nesse processo.

Além da criação da autoridade federal, Lula anunciará na quarta-feira (15) medidas de auxílio direto aos gaúchos afetados pela tragédia.

Entre elas, uma linha de crédito para pessoas físicas com a União como garantidora e também uma espécie de "voucher" pago

¹ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/05/14/lula-escolhe-paulo-pimenta-para-comandar-acoes-federais-no-rio-grande-do-sul.ghtml>





em uma parcela para ajudar a população que perdeu tudo a recomprar os bens que perdeu.

Ademais, conforme divulgado², O governo Lula (PT) vai apresentar hoje (15/05) o plano que criará o 39º ministério da gestão petista. A pasta ainda não tem nome, mas será destinada a centralizar as ações contra a calamidade pública que aflige o Rio Grande do Sul.

A estrutura do ministério estará baseada em duas secretarias-executivas:

- coordenação interinstitucional, que lidará com as prefeituras locais e o governo estadual para coordenar os esforços de recuperação, e;
- resposta, que gerenciará os reparos de infraestrutura e o fornecimento de alimentação, água e abrigos.

Haverá também um núcleo de “Pesquisa e Desenvolvimento”, para promover a pesquisa sobre novas tecnologias e métodos para prevenção a enchentes.

Outrossim, foi noticiado que o novo ministério poderá captar recursos internacionais para reconstruir RS³

Conforme o mais recente balanço, divulgado na terça-feira (14), 149 morreram nas enchentes que assolam o Rio Grande do Sul há duas semanas. Ainda há 112 desaparecidos e 806 feridos. O número de pessoas fora de casa é de 617,7 mil, sendo 79,4 mil em abrigos e 538,2 mil desalojados (em casa de amigos e parentes).

Como é sabido, a ocorrência de desastres naturais de grandes proporções interrompe a atividade econômica nas regiões afetadas, danifica infraestruturas, destrói estabelecimentos e estoques, e prejudica as atividades econômicas locais.

² <https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/governo-criara-ministerio-extraordinario-da-calamidade-publica>

³ <https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/basilia-rodrigues/politica/novo-ministerio-podera-captar-recursos-internacionais-para-reconstruir-rs/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Tem-se que os eventos climáticos extremos impactam negativamente a capacidade fiscal dos entes federativos atingidos, que precisam alocar valores consideráveis em ações de enfrentamento e mitigação dos danos causados pela calamidade pública e suas consequências sociais e econômicas. Essas ações incluem, por exemplo, obras de melhoria ou ampliação de infraestruturas danificadas; constituição e pagamento de força de trabalho temporária; financiamento e subvenções de capital para a remoção de famílias e estruturas produtivas de áreas de risco; e a retomada da atividade econômica local.

Destarte, tendo em lume que a atividade fiscalização se amolda em uma das funções típicas do Poder legislativo, é imperiosa a necessidade da aprovação desta proposição, no esteio de se auferir informações relevantes acerca dos planos e ações federais na reconstrução do estado do Rio Grande do Sul, no desiderato de se velar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar providencias com finalidade de que sejam concretizadas de forma eficiente e transparente.

Brasília, de de 2024.

DEPUTADO Evair Vieira de Melo

